



Os sentidos do patrimônio: história oral, edificações e modos de viver no Bairro da Barra/
Balneário Camboriú – SC

The senses of heritage: oral history, buildings and ways of living in Barra Distric/Balneário Camboriú – SC

SCHLICKMANN, Mariana*

Resumo: O presente artigo é fruto de um projeto de Lei de Incentivo à Cultura em âmbito municipal e busca, com base na metodologia da História Oral, identificar e apresentar os principais patrimônios edificados do bairro da Barra, o mais antigo e tradicional da cosmopolita Balneário Camboriú, localizada em Santa Catarina. Por meio do olhar e da fala de oito moradores e moradoras do local, que foram selecionados por figurarem entre os mais antigos residentes do bairro, construímos uma narrativa que relaciona e interconecta o patrimônio imaterial – a pesca artesanal em especial - e o material. Buscamos mostrar a história de Balneário Camboriú, os usos das edificações históricas, os sentidos, conexões e tensões entre os bens culturais.

Palavras-chave: História; História Oral; Patrimônio Histórico; Balneário Camboriú.

* Licenciada e Bacharela em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Florianópolis - SC). Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte - MG). Doutoranda em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (Florianópolis – SC). Contato: mariana.schli@gmail.com

Recebido em: 11/03/2019
Aprovado em: 22/05/2019

Abstract: This article, the result of a Culture Incentive Law, seeks to identify and present the main built heritage of Barra District, the oldest and most traditional of the cosmopolitan Balneário Camboriú, located in Santa Catarina. Through the eyes and speech of eight locals, who were selected because they were among the oldest residents, we constructed a narrative that relates and interconnects the intangible heritage - the artisanal fishing in particular - and the material heritage. We seek to show the history of Balneário Camboriú, the uses of historical buildings, the senses, connections and tensions between cultural goods.

Key-words: History; Oral History; Historical Heritage; Balneário Camboriú.

Introdução

Este artigo é fruto de um projeto intitulado “*Levantamento do Patrimônio Edificado do Bairro da Barra como Identidade Cultural de Balneário Camboriú*”, realizado em 2018 por meio de Lei de Incentivo à Cultura de âmbito municipal, da Fundação Cultural da cidade de Balneário Camboriú – Santa Catarina, cujo objetivo era identificar e apresentar, utilizando como principal ferramenta fontes orais, os patrimônios edificados que caracterizam o bairro da Barra como centro histórico de Balneário Camboriú.¹ Para realizar tal empreitada, diversas pesquisas foram feitas, pessoas foram mobilizadas e uma série de entrevistas foram planejadas e executadas.² Ao longo dessas entrevistas, deparamo-nos com outras formas de patrimônio - como a pesca artesanal - que vão além do edificado, e que nos despertaram a atenção e fez-nos refletir sobre a relação entre os diversos bens culturais existentes no local.

Balneário Camboriú possui hoje o metro quadrado mais caro do país, ultrapassando até mesmo a cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, é a segunda menor cidade em relação à extensão territorial de Santa Catarina, o que faz com que cada metro quadrado tenha uma crescente valorização. Um dos motores da economia do município é a construção civil, e, por isso, dezenas de prédios são construídos anualmente.

Este contexto é um problema e um perigo para o patrimônio histórico edificado, uma vez que as edificações são derrubadas a todo momento para dar lugar a prédios luxuosos em transações comerciais altamente lucrativas, devido ao valor elevado do metro quadrado no município. Por isso, há somente dois patrimônios tombados na cidade, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e Capela de Santo Amaro, tombados no final dos anos 1980. Mas, muitos dos que têm potencial para tombamento e

¹ Este projeto foi proposto pela arquiteta e urbanista Nara Leite Perna, e a equipe era composta pela arquiteta e urbanista Luciane Martins, a historiadora Mariana Schlickmann e pelo estagiário Brayann Cardozo Schramm.

² Todos/as entrevistados/as assinaram termo de consentimento.

registro pela antiguidade, valor histórico e relevância para a sociedade, estão em vias de desaparecimento para dar espaço a mais condomínios verticais. Esse avanço acelerado e desordenado da urbanidade gera poluição e depredação das margens do rio e manguezais. Isso tem como consequência sérios impactos ambientais que influenciam o principal patrimônio imaterial da cidade: a pesca artesanal. Há uma séria ameaça à continuidade desta prática pelo desaparecimento da vida marinha local, ao mesmo tempo em que a pesca continua sendo patrimônio imaterial sem registro, que é o termo equivalente para o tombamento do patrimônio material.

Essa tensão que envolve os bens culturais de Balneário Camboriú é o objeto de análise deste artigo, que busca apresentar um pouco da história da cidade, identificar e expor os patrimônios materiais e imateriais, e, com base nas entrevistas, estabelecer conexões entre os mesmos, principalmente entre a pesca artesanal e as edificações. Este artigo está dividido em três partes: na primeira, refletimos sobre alguns conceitos e expomos os patrimônios tombados da cidade; na segunda, trazemos um breve histórico da cidade de Balneário Camboriú; por último, analisaremos as entrevistas realizadas para o projeto.

Patrimônio cultural e os bens tombados de Balneário Camboriú

O conceito de “Patrimônio cultural” já sofreu diversas modificações ao longo do tempo na legislação brasileira, que busca, na medida do possível, acompanhar o debate internacional sobre o assunto. É pontual destacar a definição atual para patrimônio cultural, inscrita no artigo 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988).

Este mesmo artigo também considera como definidores do patrimônio cultural as formas de expressão, modos de criar, de fazer e de viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; além dos já reconhecidos documentos, obras, edificações e demais espaços de manifestações artístico-culturais.

Há, deste modo, um alargamento do conceito que não ocorreu de forma instantânea. O entendimento e ampliação das noções de patrimônio material e imaterial foi estabelecido ao longo das décadas e em consonância com órgãos internacionais de preservação (FONSECA, 2005). Como fruto do desenvolvimento das políticas públicas de

preservação do patrimônio, no ano 2000 foi instituído, por meio do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, por meio do Decreto nº 3.551.

É pontual destacar que, para registrar ou iniciar o processo de tombamento de um bem cultural, o pedido pode ser apresentado por associações da sociedade civil ou por instituições governamentais, mas deve ser encaminhado à Presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Por isso, é fundamental o papel dos gestores, pesquisadores e, sobretudo, da comunidade envolvida com os patrimônios, que identificam e reconhecem neles parte de sua história. Práticas de educação patrimonial estabelecidas nos currículos escolares são de suma importância para a conscientização e a criação de uma cultura de preservação. O tombamento pode ser feito pela União, por intermédio do Iphan, pelos governos estaduais, por meio de suas instituições responsáveis pela área ou pelas administrações municipais, segundo leis específicas ou a legislação federal. Assim como acontece no tombamento, o Iphan também promove a notificação para o registro do bem cultural imaterial e o protege até a decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e a homologação publicada no Diário Oficial da União (DOU). O processo termina com a inscrição do bem imaterial no Livro de Registro e a entrega do certificado à comunidade detentora do bem³.

Como o tombamento de um bem está intrinsecamente ligado às ações de preservação, é fundamental citar que, segundo Suzana Sampaio (*apud* ALTHOFF, 2008, p. 22), podem ser divididas metodologicamente em dois distintos processos: o de “reconhecimento” e o de “intervenção”, sendo que a responsabilidade de intervenção compete a órgãos públicos. O processo de “reconhecimento” implica nas ações feitas com intuito de estabelecer quais bens poderão passar por um processo de “intervenção”, sendo que este se refere às ações feitas no sentido de preservar o bem tombado.

Anteriormente já foi citado que Balneário Camboriú possui somente dois patrimônios edificados tombados: a Capela de Santo Amaro, tombada nos níveis municipal e estadual, sob os Decretos nº 1.977, de 11 de agosto de 1989, e nº 2.992, de 25 de junho de 1998 respectivamente; e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, tombada em nível municipal sob o Decreto nº 2937, de 03 de fevereiro de 1998. Na realidade, havia uma terceira edificação tombada no município. A casa de veraneio do ex-Presidente João Belchior Marques Goulart, situada na Avenida Atlântica, por meio do decreto Decreto nº 1977 de 22 de novembro de 1989 também era tombada como um Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico, Turístico e Paisagístico de Balneário Camboriú.

³ Todo o processo de registro e tombamento é explicado no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em 10 jan. 2019.

Porém, justamente por sua localização no metro quadrado mais caro da cidade, fortes interesses comerciais exerceram sua pressão e conseguiram que, no dia 31 de outubro de 1994, o tombamento fosse revogado por outro Decreto, o de nº 2576/1994. No local funciona há mais de uma década um renomado restaurante.

A Capela de Santo Amaro sofreu intervenções e uma grande restauração que manteve na edificação as características originais. Entretanto, o entorno da capela já sofreu diversas modificações, inclusive descaracterizando uma de suas funções como modelo de capela jesuítica, que era a de se transformar, em caso de necessidade, em um entreposto militar de defesa. Por isso, a sua localização em um local elevado era proposital, para servir de ponto de observação do entorno, controlando a entrada e a saída do acesso ao rio e a praia (ENTRINGER, 2015, p. 117). Os altíssimos prédios da cidade, que batem recorde de tamanho, prejudicaram em definitivo a visão privilegiada e estratégica de toda a região que a posição da mesma propiciava.

Por sua vez, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, hoje conhecida como Capela da Paz, sofreu severas e polêmicas intervenções, uma vez que um prédio residencial foi construído em cima dela. A capela ficou interditada durante toda a construção do edifício e sua restauração ficou a encargo da construtora dona da obra do prédio sem a devida supervisão de órgãos competentes. É aberta ao público em horários específicos e é alugada para a celebração de casamentos, batizados e eventos religiosos. A construtora dona do edifício, cujos apartamentos custam a partir de dois milhões de reais, aproveitou ao máximo o espaço do entorno do antigo terreno da capela. Como nota-se na imagem abaixo, o telhado está a somente centímetros de distância da estrutura do condomínio residencial.

Imagem 1. Capela da Paz atualmente.



Fonte: Paróquia Santa Inês: nossa história. Disponível em: <http://www.igrejasantaines.com/nossa-historia/>. Acesso em: 9 jan. 2019.

O tombamento é um registro, “devidamente instruído e justificado tecnicamente” (ALTHOFF, 2008, p. 27), que confere proteção jurídica ao bem. Por meio deste, fica proibido legalmente qualquer ato de destruição total ou parcial do bem tombado; pode assim ser considerado um processo de conservação preventiva. Fátima Regina Althoff (2008), em sua dissertação de mestrado intitulada *Políticas de Preservação do Patrimônio Edificado Catarinense – A gestão do patrimônio urbano de Joinville*, afirma que após um bem ser declarado legalmente como portador de valor cultural, artístico ou arquitetônico, cuja proteção é interesse do estado, surge a necessidade da tutela administrativa dos órgãos competentes. Dessa forma, deverão existir instituições para garantir a fiscalização e conservação desses bens.

Ao longo da pesquisa, deparamo-nos com alguns bens, materiais e imateriais, passíveis de tombamento e registro. As entrevistas realizadas foram fundamentais para conhecermos essas práticas e bens culturais. No total, oito pessoas generosamente conversaram conosco, expondo suas vidas e opiniões. O critério de seleção dos entrevistados foi o tempo em que moravam no bairro, o tipo de habitação que moravam (já que o projeto buscava mapear patrimônios edificados do lugar) e a disposição das

peças em participar. Algumas já eram consideradas, pela própria comunidade, guardiãs da memória local e já haviam dado entrevistas para outros projetos. Porém, a maioria dos entrevistados estava ganhando voz para falar sobre a comunidade pela primeira vez. Esta é a parte fascinante no trabalho com fontes orais: a possibilidade de trazer à tona as vozes caladas, as falas obliteradas. É pontual destacar que:

O oral não deve ser oposto dicotomicamente ao escrito, como duas realidades distintas e distantes, mas como formas plurais que se contaminam permanentemente, pois haverá sempre um traço de oralidade riscando a escritura e as falas sempre carregarão pedaços de textos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 230).

Nesse sentido, nossa maior preocupação ao transcrever as entrevistas foi manter os traços de oralidade, tão característicos, incluindo suas expressões faciais e trejeitos (MEIHY, 2007). Eis o desafio do/a historiador/a que faz uso de fontes orais: conseguir manter as marcas da oralidade num texto escrito e, sobretudo, encontrar um meio de trabalhar com essas duas lógicas que num primeiro momento parecem completamente distintas.

Balneário Camboriú: um breve histórico

Balneário Camboriú em Santa Catarina é uma cidade nacionalmente famosa pelo turismo e pelos numerosos arranha-céus, que se multiplicam em um piscar de olhos. É considerada uma cidade moderna, cosmopolita e com uma vida noturna agitada. Entretanto, pouco se sabe sobre seu passado e sobre suas edificações históricas.

A cidade tem pouco mais de cinquenta anos somente como um município independente, porém, sua história começa muito antes disso, quando ainda era um bairro do município de Camboriú.

As populações indígenas litorâneas habitavam a região há mais de 4 mil anos quando os primeiros homens de origem europeia chegaram para colonizar (LAVINA, 2004, p. 27-59). Este processo se deu com a distribuição de sesmarias, entre 1822 e 1823, para sete homens que passaram a habitar a área com suas famílias. Ao longo do século XIX, o Arraial do Bonsucesso, como era chamado, cresceu e virou uma Freguesia em 26 de abril de 1849. Décadas depois, tornou-se o município de Camboriú no dia 5 de abril de 1884. Balneário Camboriú se constituiu município por meio de um processo histórico desencadeado a partir da emancipação do município de Camboriú (SCHLICKMANN, 2016).

No final dos anos 1950, a Praia de Camboriú já era mais desenvolvida que o município em si e os ventos separatistas sopravam com força. Em 18 de fevereiro de 1959, foi aprovado o projeto proposto no ano anterior pelo vereador Gilberto Américo Meirinho que criou o distrito da Praia de Camboriú.

Em 1961, a Praia elegeu três dos sete vereadores de Camboriú: Aldo Novaes, Urbano Mafra Vieira e José Linhares. Foi Aldo Novaes quem apresentou o projeto de emancipação em fevereiro de 1964. Camboriú não queria perder sua principal fonte econômica, vinculada aos serviços do turismo, mas também não queria transferir a sede do município para a praia. Após muita negociação e várias votações, os vereadores da Praia de Camboriú conseguiram mais dois votos e o projeto foi aprovado. Assim, em 20 de julho de 1964, nascia a nova cidade: Balneário de Camboriú, que elegeu como primeiro prefeito Higino João Pio, em 1965, pelo Partido Social Democrático (PSD) (SCHLICKMANN, 2016, p. 30).

Alguns anos mais tarde, no dia 20 de novembro de 1979, o nome do município foi alterado pela lei estadual 5.630, e o Balneário de Camboriú passou a denominar-se Balneário Camboriú. A mudança do nome da cidade veio com base no argumento de que a preposição “de” indica posse e o Balneário não pertencia mais à cidade de Camboriú, era dono de si (SCHLICKMANN, 2016, p. 48).

Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada para 2014 é de 124.557 habitantes, sendo o 11º município mais populoso do Estado e o 2º menor em área total, o que lhe confere a condição de ser o município com maior densidade demográfica do Estado, com mais de 2.350 habitantes por quilômetro quadrado. Do ponto de vista habitacional, Balneário Camboriú caracteriza-se pela estrutura vertical com a maior concentração ao longo da orla marítima. É o município com o 2º melhor índice de desenvolvimento humano das cidades de Santa Catarina com 0,845. Em 2015, Balneário Camboriú foi considerada uma das 15 melhores cidades turísticas do país.

Para além dos prédios existentes majoritariamente no bairro central da cidade, há uma outra localidade denominada Bairro da Barra que contrasta com a modernidade dos grandes edifícios. Foi ali que os primeiros habitantes de origem lusitana se estabeleceram. Portanto, é historicamente importante tanto para Camboriú quanto para Balneário Camboriú, já que é o marco da fundação das duas cidades e conserva tradições de sua origem pesqueira e caiçara. O desenvolvimento econômico e comercial demorou para chegar ao local e, por isso, a especulação imobiliária só atingiu a área quando os demais bairros da cidade já estavam saturados. É na Barra que se encontram as principais manifestações de patrimônio material (Capela de Santo Amaro e Casa

Linhares) e imaterial (festas religiosas, danças típicas como Boi de Mamão e a pesca artesanal) do município.

As entrevistas: uma radiografia

“A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA 1993, p. 9)

A metodologia da História Oral deve ser sempre ancorada em estudos acerca do funcionamento e mecanismos da memória, pois esta não trabalha de maneira linear ou imparcial. A memória é a de recuperação do passado, a partir do que já foi vivido, em um processo que ocorre no presente. Por isso, mistura-se com as percepções imediatas e se descontextualiza muitas vezes. Como afirma Ecleia Bosi, “a memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (2003, p. 36).

As lembranças individuais interferem diretamente sobre as memórias coletivas, e estas memórias coletivas também interferem nas formas de viver, de ser e estar no mundo e se relacionar. A ação que a memória do grupo exerce sobre nós faz com que nossas lembranças individuais não transcorram de forma isolada; portanto, a memória individual só existe a partir de uma memória coletiva, como afirma Halbwachs (2004).

A entrevista (fonte oral) não se constitui na história em si, mas é uma construção que o indivíduo faz de seu passado com base nas experiências guardadas por sua memória. Logo, cabe ao/a historiador/a realizar o trabalho de análise e reflexão sobre a série documental de que dispõe, cruzando fontes orais com fontes documentais. Também é papel do profissional da história fazer a crítica interna e externa a essas fontes para construir seu trabalho historiográfico, ou seja, como afirma Selau (2004, p. 218) “é a atividade profissional do historiador que cria as condições para a construção de uma história com base nas fontes orais”.

Para as oito entrevistas realizadas o principal critério de seleção foi a pessoa ser residente há mais de duas décadas no Bairro da Barra. O número de oito participantes foi estabelecido pelo tempo hábil de realização das entrevistas, transcrição e produção do relatório do projeto. Os/as entrevistados/as ou nasceram no local ou nas proximidades, ou se mudaram há muito tempo, quando criança ou após o casamento. Com idade entre 43 e 90 anos, estas pessoas viram as transformações sofridas na Barra e na cidade de Balneário Camboriú ao longo dos anos. Dona Maurília Pinto Correa, que nasceu no

bairro e tem 69 anos, possui recordações da paisagem agreste que antes tomava conta do local:

Quando eu conheci o Balneário eu andei por cima dos espinho, tá? Nois tirava camarão numa salga lá do seu Mané Venâncio, e nois ia, e tinha... tinha aquelas roseta sabe? Na beira da praia tinha aquelas roseta. Não tinha aquela estrada grande ali né, era um bequinho muito pedralhera tinha do lado de lá, nois brincava muito lá no outro lado, tinha o porto da passagem que passava seu Mané Firmino que passava ali com a baterinha né e balsa também passava com aquela balsa com o pau de bambu empurrando a balsa né, e não tinha estrada lá também, não tinha nada e aqui no Morro do Boi também tinha bem pouquinho casa e pra lá se tinha, tinha umas 20 casa era o mais, até lá na saída da federal (Maurília Pinto Correa, 30 ago. 2017).⁴

Podemos notar nessa fala formas de trabalho e de sociabilidade da comunidade que também foram afetadas com as mudanças da paisagem local. Dona Antônia Francisco Martins, de 90 anos e moradora há mais de 50 anos do bairro, também foi uma destas pessoas que viu o local crescer e se desenvolver. Em suas palavras:

Aqui, aqui na Barra. No começo é, no começo não tinha casa, como eu falei pra senhora, no começo não tinha casa. Isso aqui não tinha casa não tinha muro, não tinha nada...isso aqui era...não tinha mais casa. Existia uma casinha só aqui lá lá embaixo. Hoje em dia ainda digo pros meus filhos e pros meus neto, quem conheceu a Barra como eu conheci, hoje em dia a Barra tá uma cidade. A Barra hoje é uma cidade... (Antônia Francisco Martins, entrevista, 29 jun. 2017).

Em todas as entrevistas, foi perguntado aos/as entrevistados/as sobre como são suas casas atualmente e como eram antigamente. A disposição dos cômodos, a estética, materiais utilizados na construção e os hábitos de moradia configuram, até hoje, um padrão. Este padrão, adotado por gerações, pode ser considerado um patrimônio histórico edificado. A disposição dos cômodos era e ainda é hoje muito similar: uma sala na parte da frente da casa, os quartos em seguida, e nos fundos - geralmente com uma varanda - a cozinha. No princípio, as casas eram de madeira, em sua maioria, algumas com a parte da cozinha somente em alvenaria. Conforme o passar do tempo e o aumento do poder aquisitivo das famílias, elas foram desmanchando as casas de madeira e as substituindo pela alvenaria, mantendo a disposição dos cômodos e, às vezes, aumentando alguns. Esse aumento do poder aquisitivo, que propiciou essas mudanças, está relacionado à diversificação do trabalho para além da pesca, à conjuntura nacional que por um período propiciou a valorização do salário mínimo e um ganho real para as

⁴ Todas as entrevistas presentes neste artigo estão relacionadas ao projeto de Lei de Incentivo à Cultura da Fundação Cultural de Balneário Camboriú intitulado Levantamento do Patrimônio Edificado do Bairro da Barra como Identidade Cultural de Balneário Camboriú.

pessoas; e também políticas de incentivo fiscal à pesca e as linhas de crédito para construção. Seu Francisco Chavier Rodrigues, que possui 80 anos, exemplifica:

Nara: o senhor morou sempre aqui nesta casa?

Francisco: sempre aqui!

Nara: essa casa era da sua família já?

Francisco: era, era de madeira e de madeira passou pra material. Não, mudou um pouco porque eu aumentei. Então deu mais quartos e essa varanda aqui.

Luciane: mas essa casa aqui ficou do mesmo jeito? Mesma repartição?

Francisco: ah é sim, sim. Mesma repartição (Francisco Chavier Rodrigues, entrevista, 30 mai. 2017).

Além disso, o costume de em um mesmo terreno morarem diversos membros da família perdura até hoje. Raimundo Olegário de Jesus, conhecido como Seu Dinho, de 63 anos, mora em uma casa no terreno que originalmente era do seu sogro, assim como os seus filhos:

Mariana: a princípio o terreno aqui era do seu sogro então?

Dinho: o terreno era dele.

Mariana: dai ele foi dividindo.

Dinho: dai ele foi dividindo botando os filho.

Mariana: dai a sua parte o senhor dividiu com seus filhos?

Dinho: isso.

Mariana: hoje mora quantos filhos aqui?

Dinho: são quatro (Raimundo Olegário de Jesus, entrevista, 17 ago. 2017).

Jonemar Nascimento, 47 anos, já vê tal fato como um costume local:

É como se fosse uma comunidade, como é um terreno muito grande e os filhos cresceram e foram construindo suas casas no mesmo terreno, isso... então, a gente mora assim, um mora perto do outro, todos no mesmo terreno, dividimos o mesmo espaço (Jonemar Nascimento, entrevista, 09 set. 2017).

Um fator pode ter contribuído para tal prática: a princípio, o tamanho dos terrenos, que eram lotes grandes e podiam ser divididos entre os filhos como herança ou dote de casamento. Também deve-se levar em consideração que tal prática começou quando o bairro ainda era uma área rural com poucas pessoas, de difícil acesso e comunicação. Os familiares morando perto um do outro, além da proteção e segurança, formavam uma rede de sociabilidade e solidariedade, na qual todos os familiares

trabalhavam juntos tanto na roça quanto na pesca e ajudavam-se nas tarefas domésticas e cuidado com as crianças.

Com o passar do tempo e a especulação imobiliária, os preços do metro quadrado subiram vertiginosamente na região, dificultando a compra de terrenos por quem não tinha muito poder aquisitivo. Assim, construir a casa na propriedade da família transformou-se na única opção viável de ter casa própria sem ter que se mudar para regiões mais periféricas. As famílias que já não possuem terras suficientes para dividir com os familiares começaram a migrar para outros bairros com o passar do tempo. Júlio César Alexandre, de 43 anos, nos chamou a atenção para este problema de moradia atual da Barra:

Eu posso dizer pra ti nega que daqui, nativo daqui deve ter uns 20% só, se tiver nativo mesmo, de famílias que vem dos antepassados assim, olha se tiver uns 20% é muito. Muitos nativos daqui também foram pra outros lugares, porque o terreno aqui é muito caro, não tem condições de comprar né, só se você ganhar na Mega-Sena senão não tem jeito, porque é muito caro. Por exemplo, eu tenho dois filho né, o mais velho se quisesse casar hoje e comprar um terreno não teria condições, ele ia comprar em outro lugar, em outro bairro mais barato mais aqui e não comprava (Júlio Cesar Alexandre, entrevista, 15 set. 2017).

Estas características de construir, morar e conviver podem ser consideradas um patrimônio histórico do bairro da Barra, mesmo com as reconfigurações impostas pelas mudanças na sociedade. Esse trecho apresenta a problemática fundamental para pensarmos a preservação do patrimônio em cidades onde o turismo se tornou relevante ao longo de sua história. A questão a ser colocada é: como possibilitar a sustentabilidade dos locais frente à onda de modernização advinda com o “turismo predatório” e com a especulação imobiliária? Qual o papel da gestão municipal nisso? No caso específico de Balneário Camboriú, este tema é pouco tratado pelos órgãos governamentais, que não desenvolvem nenhuma política de moradia e de sustentabilidade destes locais.

Ao longo das conversas os entrevistados nos apresentaram outros locais de sociabilidade que se mantiveram através do tempo. Estes possuem um sentido e uma sensação de pertencimento à comunidade, e, portanto, são passíveis de tombamento. Por exemplo, a Casa Linhares, mesmo sendo uma edificação com cerca de 60 anos somente, faz parte do imaginário coletivo da comunidade e todos(as) ressaltaram sua importância no passado como um armazém de secos e molhados, e sua relevância agora como um patrimônio histórico. Atualmente, a Casa Linhares pertence ao município e é compartilhada entre a Política Civil e a Fundação Cultural da cidade, para qual já exerceu diversas funções.

O valor da Capela de Santo Amaro já era algo esperado nas entrevistas, tanto por já ser tombada, quanto pela tradição que o catolicismo tem no local. A capela é aberta para visitas turísticas e é o único bem cultural que recebe uma política pública cultural, por meio da Fundação Cultural de Balneário Camboriú, visando a sua conservação. Vale ressaltar que não há nenhuma política de educação patrimonial específica para o local, somente um esforço da própria comunidade para resguardá-la. Para além do patrimônio edificado da capela, as festas religiosas possuem um papel importante na comunidade como momentos de lazer, confraternização e demonstração de fé. O consenso popular afirma que a Capela de Santo Amaro foi inaugurada em 1758. Entretanto, as fontes não comprovam a sua existência neste período. A primeira documentação sobre ela aparece somente no século seguinte, mais especificamente, na Lei Provincial de 28 de março 1840 que autorizava sua construção.

Nessa primeira metade do século XIX, era uma capela filial, pois Camboriú pertencia à Freguesia de Porto Belo. Quando o Arraial de Camboriú se tornou Freguesia, em 1849, foi promovida a Igreja Matriz do Bom Sucesso. Camboriú tornou-se município em 5 de abril de 1884 com sede na Barra, porém, com o crescimento da população na chamada Vila dos Garcias, a sede municipal foi transferida para lá em 1890. Alguns anos depois, a igreja Matriz também mudou para este mesmo local. Neste momento, retornou à condição de capela e, na documentação oficial, era chamada de Antiga Matriz, Capela da Barra ou de Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso (SANTA CATARINA, 1840, p. 3). Por muito tempo, as festas de Nossa Senhora do Bonsucesso e a de Santo Amaro foram as principais festas de toda a região. A festa do Bomsucesso ainda ocorre com incentivo da Fundação Cultural, mas não nos mesmos moldes como relatos por Júlio, que relata:

A festa de janeiro, eu me lembro de duas festa de janeiro que tinha procissão pelo mar, aquilo dava uma missidade de gente, esse altar da igreja aqui ó, isso aqui era coberto de massa de pão, pessoal que fazia promessa. Tinha perna, tinha cabeça, tinha mão, tinha braço, tinha pé, tudo feito de massa de pão, inclusive agora em agosto teve uma mulher que trouxe a perna, foi uma promessa de Santo Amaro, o João Batista que eu falei pra vocês, no fina ele fazia um leilão, quem dava mais por esta peça. Tudo era pra ganhar fundos pra igreja né. Mas era muita massa, aqui nois ficava umas duas, três hora fazendo aquele leilão ali né, pra ver quem dava mais por aquela massa, quem queria comprar, tinha gente de Itapema, Camboriú, de tudo quanto é lugar, Porto Belo. A segunda festa que eu vi de Santo Amaro também foi grande, foi a maior de todas. Teve aqui a dupla Tunico e Tinoco, pô e aquilo foi um festão rapaz, essa festa todo mundo até hoje lembra, todo mundo que é nativo lembra tinha carro estacionado daqui da igreja até o final da Barra. Nunca vimo tanto carro na vida (Júlio Cesar Alexandre, entrevista, 15 set. 2017).

Dona Rosa Martins da Silva, de 69 anos, também se recorda:

Eu sei que quando nós viemos pra cá, aquela igreja católica tava ali. Eu só gostava de ver a procissão, eu não perdia uma, chegava ali perto das 3 horas, tinha a procissão aí eu ia ali pra pracinha, eu algumas vezes meus irmão ia junto, aí nois ficava vendo. Tem vez que eu ainda falo pras guria né, o tempo não volta mais, quando chegava mês de agosto tinha aquelas procissão ali que a gente ia ver aquele pessoal tudo acompanhando, tudo fazendo aquela homenagem ali, e hoje em dia... A minha irmã nasceu até dia 15 de agosto, era o dia da procissão. Meu Deus nois ia tudo lá ver, gostava de ver (Rosa Martins da Silva, entrevista, 28 ago. 2017).

Ainda hoje há controvérsias sobre qual é o verdadeiro nome da capela, se é de Santo Amaro ou do Bom Sucesso. No relatório da Paróquia do Divino Espírito Santo e Cristo Rei de Camboriú, em 1966, ainda era chamada de Bom Sucesso. Entretanto, Balneário Camboriú já havia se emancipado em 1964 e o processo de desmembramento da igreja estava em andamento. Em 1967, Balneário Camboriú ganhou sua própria Paróquia, a Santa Inês, e a capela da Barra passou para sua tutela, rebatizada com novo nome, Santo Amaro (RELATÓRIO DA PARÓQUIA SANTA INÊS, 1967). A Capela de Santo Amaro é tombada nos níveis municipal e estadual sob os Decretos no 1.977, de 11 de agosto de 1989, e no 2.992, de 25 de junho de 1998 respectivamente (SCHLICKMANN, 2016, p. 30).

A praça em frente à capela também apareceu como um importante espaço de sociabilidade, onde as pessoas se encontravam antes ou depois da missa, os adultos conversavam e as crianças brincavam:

O que tu tá vendo aqui hoje na praça da Barra, depois da passarela, o que tu tá vendo hoje sábado, domingo e finalzinho de tarde era o que nois via antigamente. Família, criançada brincando, mas a noite assim ninguém ficava mais na praça. Então assim, anoitecia, era todo mundo pra dentro de casa, fogão a lenha, acordava de manhã quem ia pra escola ia quem não ia ia pra praça, ia brincar na praça, de bicicleta ou jogar bola. Não tinha outra opção, não tinha nada (Júlio Cesar Alexandre, entrevista, 15 set. 2017).

Após um processo de reurbanização e com a inauguração de uma emblemática passarela, que liga o bairro Centro ao da Barra, a praça ganhou vida nova e tornou-se novamente um espaço de sociabilidade. É nela que os principais eventos culturais da região são realizados.

Antigamente, antes da construção da passarela, havia uma balsa que transportava as pessoas de um lado para o outro do rio e que se encontrava naquela localização.

Portanto, a balsa ficava em frente à praça e à igreja, em um local de passagem, onde muitas pessoas transitavam. As pessoas esperavam pela balsa ali na praça, o que contribuía ainda mais para aquele espaço ser um local de encontro, de troca de informações. Nas entrevistas, se revelou também como um espaço de socialização muito importante para a comunidade:

A balsa era um passeio pra muitos né, pra outros um encontro cultural também, uma manifestação cultural, porque muitas pessoas que gostam né do meio artístico, elas aproveitavam né, a balsa pra fazer essa troca né, ali eles não só ficavam só analisando né, o ambiente, a natureza né, a interação das pessoas com o navegador da balsa né, mas também entre eles, eles compunham músicas, poemas né, então era um espaço interativo também (Jonemar Nascimento, entrevista, 09 set. 2017).

Essa balsa foi transferida de lugar e substituída por uma a motor, que também transportava motos e bicicletas, e era o principal meio de chegar ao centro antes da construção da passarela. As manifestações culturais citadas por Jonemar se extinguíram quando a balsa mudou de localização - saindo de frente da praça e da Capela - e também se modernizou, passando a ser mais rápida e transportando outras cargas. Outro lugar importante para o bairro foi a Fonte de Santo Amaro. Era uma fonte de água límpida em abundância, que ficava no caminho da rodovia Interpraias:

Acho que eu tinha uns cinco anos mais ou menos. E eu sempre acompanhava a minha mãe até na fonte Santo Amaro e a gente enchia os jarros de barro de água. Era uma fonte bonita e limpa também. Mas com o passar dos anos assim, com a descoberta da fonte né, muitas pessoas usaram ela pra se banhar né, pra fazer piquenique, pra acampar até na fonte e com isso a fonte foi ficando poluída, deixando de ser um lugar onde as pessoas iam buscar a água como recurso né e foi abandonada. E com o tempo a fonte secou também, durante a passagem da rodovia né, interpraias. Eu acho que isso interferiu muito na fonte (Jonemar Nascimento, entrevista, 09 de setembro de 2017).

Ao longo das entrevistas, deparamo-nos com uma edificação que foi certificada pelo Ministério da Cultura como Ponto de Cultura em 2017, mas que recebe poucas ações de preservação patrimonial da cidade: a Colônia de Pescadores Z7. Foi uma das primeiras colônias de pescadores do Brasil, criada em 1927 (SCHLICKMANN, 2016, p. 7.). Além de preservar as características arquitetônicas comuns da localidade, a colônia foi e ainda é um espaço importante que mantém a mesma função e sentido para os moradores. É um espaço de sociabilidade, de lazer, de reivindicação, de luta e trabalho. A

primeira televisão do bairro foi comprada pela colônia e funcionou como um cinema por muito tempo. De acordo com Seu José Pinto Felipe, 70 anos:

José: Depois veio ali na colônia em 1970 nós compramo, até eu fazia parte da presidência da colônia, nós compramo aquela... Uma caixa lá, aquilo lá passou a ser um cinema era 80, 60, 40, 60 pessoa todo dia assistindo é... tava no finzinho daquela Contra Suspiro e tava começando aquela novela Os Irmão Corage ali. Então na época da novela aquilo ali enchia de gente, que ninguém tinha né. Depois que o pessoal foro comprando, foro comprando, um comprou uma, outro comprou outra. Foi ficando mais fácil de comprar né. Então ali virou como cinema, sábado, domingo, a tarde, era programa do Chacrinha aquele, o Balança Mais Não Cai, o Silvio Santos, é... domingo era...

Luciane: então era um lazer então.

José: Sim, a copa de 70, que o Brasil foi campeão, foi totalmente assistida ali né. Ai fizeram festa, fizeram tudo. Era o divertimento da época no ano de 70 era aquela televisão aí (José Pinto Felipe, entrevista, 30 mai. 2017).

Seu Júlio vê um outro aspecto importante da colônia:

A colônia ela tem um particular ali que eu poderia assim dizer, que talvez o pescador não saiba a força que a colônia tem, a colônia tem uma força que pode conseguir muita coisa pro pescador. Ela já foi... na época tinha ali médico, tinha dentista, o primeiro medico e dentista da Barra era na colônia de pescador (Júlio Cesar Alexandre, entrevista, 15 de setembro de 2017).

Assim, se o espaço físico da colônia é central para vida da comunidade, também reflete o lugar que a pesca em si ocupa. A pesca é o grande patrimônio do Bairro da Barra que influencia o modo de ser, viver e morar. Seu Francisco é a regra, não a exceção quando afirma que:

Francisco: Aprendi a pescar com 12 ano.

Nara: 12 anos.

Luciane: vocês sempre trabalharam com pesca?

Francisco: só.

Luciane: atividade ainda é pesca?

Francisco: a atividade ainda é a mesma não tem outro serviço na minha carteira a não ser pesca (Francisco Chavier Rodrigues, entrevista, 30 de maio de 2017).

A Colônia possui mais de 400 associados e a principal ação de monitoramento de preservação da pesca artesanal começou a ser realizada em 2009, em uma parceria com a Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina e a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP.

Analisando as entrevistas, constatamos a conexão da pesca com as formas de sociabilidade e moradia. A cozinha com uma varanda nos fundos da casa auxilia na limpeza do peixe e dos instrumentos de pesca. Uma das festas tradicionais realizada na Capela Santo Amaro começava com a procissão e benção dos barcos. A praça, que ainda é um dos principais pontos de encontro e sociabilidade local, fica ao lado do rio e perto dos barcos. A colônia que reúne as pessoas para o trabalho, mas também para o lazer. O cotidiano das famílias era e ainda é regido pela pesca. Por muito tempo a pesca foi a principal fonte de renda das famílias locais e um dos únicos empregos para as pessoas.

A pesca artesanal rege a vida da comunidade, e os moradores, como seu Dinho, têm consciência da importância da sua preservação não só para o sustento, mas para a preservação da cultura local:

Mariana: bom, a cidade começou aqui no bairro, o que que o senhor acha que é importante pra identidade de Balneário, pra memória, pra ser preservado, o que o senhor acha que não pode destruir de jeito nenhum aqui?

Dinho: é a pescaria. Eles não pode ocupar o lugar do pescador, porque tem muita gente que vem de fora, muita ganancia do dinheiro e querem tirar o pescador, pra fazer marina e coisa assim. Isso aí com a época algum tempo vai se acabar, se ninguém se mexer né (Raimundo Olegário de Jesus, entrevista, 17 ago. 2017).

O saber que era passado de geração em geração tem se perdido, pois se sustentar somente através da pesca tem se tornado inviável, e os próprios pescadores, almejando uma vida melhor para os seus filhos, os têm incentivado a buscar outras profissões. Júlio é um exemplo disso:

Júlio: uma curiosidade é que a pescaria da minha família hoje vai terminar comigo, não tem mais ninguém da minha família na pescaria. Todos já faleceram, meu tio já faleceu, o meu pai é aposentado não pesca mais, minha mãe também já faleceu, então tá só por mim.

Mariana: e seus filhos?

Júlio: não, meus filhos não. Eu mesmo não fiz questão de ensinar eles a profissão da pescaria, é difícil né, hoje é bem complicado (Júlio Cesar Alexandre, entrevista, set. 2017).

Vale ressaltar que a principal relação da comunidade não é com o mar, mas com o rio. E o impacto da poluição, ocupação desordenada, depredação das margens e manguezais é sentido diretamente na dificuldade de continuar com a pesca. Continuar com a pesca, para os habitantes, é continuar a dar sentido para aquela existência e para a história da Barra. Conforme Jonemar:

A vila de pescadores, que era pra mim na época né que eu era criança, o meu olhar naquela época que eu olhava e eu deduzia aquilo como uma vila de pescadores né, que eu saía da minha casa e eu atravessava a rua e já tava dentro da água, porque a extensão do rio ela vinha até a a rua da minha casa, limitava-se ali. Então era bonito de ver, da minha casa eu via o rio, da minha casa eu via as gaivotas, da minha casa eu via as garças né, da minha casa eu via os pescadores indo e voltando e hoje mais já não se tem mais isso, porque foi muito povoado e muito também destruído né e com o avanço das salgas pra comercialização e industrialização do pescado, fez com que avançasse pra dentro do rio né, matasse os manguezais. Então eu penso que toda essa área deveria ser recuperada né, principalmente os manguezais e toda a extensão do rio que já são é...já tem construção de casas né ali inclusive. Então eram propriedades que não eram de ninguém, os pescadores usavam, porque eles estavam ali e eles precisavam usar pra poder sair e voltar com as embarcações. E com o passar do tempo, não sei como isso aconteceu, mas, algumas pessoas tornaram-se donos e foram construindo casas ali. Então eu gostaria muito que isso fosse recuperado né, e preservado de agora pra frente e a permanência dos pescadores aqui também, a cada ano que passa diminui mais e mais, por fato de que eles já não tem mais um espaço que seja deles mesmo né, esse espaço já foi muito estreito, cada vez mais, como se eles estivessem, a cada ano que passa eles tão sendo expulsados né, um pouco mais, por um lugar que eram deles e que hoje eles já não podem mais desfrutar daquele espaço. Então eu, peço pra Deus para que isso não aconteça né, pra que eles permaneçam aqui e que haja mesmo uma forma de fazer com que...de mantê-los nessa função, nessa profissão, que é muito rica, que é bonita né, faz parte da nossa história, tem muita riqueza nisso tudo (Jonemar Nascimento, entrevista, 09 set. 2017).

A entrevistada traduz esse sentimento de que a pesca está se perdendo e com ela a sua história. A falta de incentivos públicos e os atravessadores que compram o peixe e o camarão a preço irrisório dos pescadores e repassam com um alto valor aos consumidores também são fatores que influenciam e que também ameaçam essa prática, para além dos que já foram citados. Assim, vemos um esforço hercúleo em resistir e manter a pesca artesanal.

Considerações finais

Cada casa que adentramos, cada pessoa que conhecemos e conversamos, mostrou-nos um pouco sobre o modo de viver que torna o Bairro da Barra tão característico e emblemático para as múltiplas identidades da cidade cosmopolita que é Balneário Camboriú. Em busca de registros do patrimônio edificado do local, deparamo-nos com a pesca artesanal, este patrimônio imaterial que influencia diretamente o patrimônio edificado da comunidade. A praça, a colônia, as casas, a Capela, a Casa Linhares: patrimônios históricos da cidade e todos com alguma conexão com a pesca.

Como afirmam Costa e Castro (2008, p. 126): “o material gera o imaterial, num processo circular e retroalimentado, sendo na prática impossível haver qualquer separação entre esses elementos”. Essa conexão entre o imaterial e o edificado era implícita para o projeto, mas a importância dela apareceu de forma surpreendente nas entrevistas, do mesmo modo como nos impressionou de forma positiva ver a consciência que os/as entrevistados/as têm sobre preservação da pesca como um patrimônio. As vezes o óbvio precisa ser dito e escrito.

O entendimento de que a salvaguarda dos patrimônios (materiais ou imateriais) depende de ações que partem de um conjunto de atores e setores sociais, a começar, como demonstrado, pela comunidade detentora dos bens culturais, mostra quão urgente e necessário é o debate sobre a importância das políticas públicas e da educação patrimonial e sua implementação. Como reforça a museóloga Maria Célia Santos, “o patrimônio cultural [deve ser] como um referencial para o exercício da cidadania e do desenvolvimento social por meio do processo educativo” (2008, p. 16).

Balneário Camboriú é palco de imaterialidades pouco reconhecidas e de disputas de memória em virtude da sua intensa urbanização e especulação imobiliária que acaba por ameaçar a existência dos patrimônios da comunidade pertencente ao bairro em questão. Por ser uma cidade turística, pode e deve criar políticas que não só preservem, mas que criem um turismo sustentável.

Referências

ALTHOFF, Fátima Regina. *Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: A gestão do patrimônio urbano de Joinville*. 2008. 208 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, PGAU-CIDADE Universidade Federal de Santa Catarina, PGAU-CIDADE, Florianópolis, 2008.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. As dobras do dizer: da (im) possibilidade da história oral. In: _____. *História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007. p. 229-234.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Registros de Sesmarias do governo da Capitania*. Referência: 1753/1823-5, 05v, GC, 76. Anexo 1. Florianópolis.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Título VIII – Da Ordem Social. Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto. Seção II – Da Cultura. Art. 216.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Tombamento*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CAPELA DA PAZ. *Paróquia Santa Inês: nossa história*. Disponível em: <http://www.igrejasantaines.com/nossa-historia/>. Acesso em: 09 jan. 2019.

COSTA, Marli Lopes da; CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias? *Estudos de Psicologia*, 13(2), p. 125-131, 2008.

ENTRINGER, Rogério. *A cruz e a quadra na arquitetura dos Jesuítas no Brasil: um discurso fotográfico*. 2015. 200 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC- IPHAN, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

LAVINA, Rodrigo. Antes dos carijós – a tradição tupiguarani em Santa Catarina vista pela arqueologia. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia M. F. (org.). *História de Santa Catarina. Séculos XVI a XIX*. Florianópolis: UFSC, 2004. p. 27-59.

LEVANTAMENTO do Patrimônio Edificado do Bairro da Barra como Identidade Cultural de Balneário Camboriú. Direção: Junior Köche. Produção: Koche Filmes. Itajaí: 2018. Projeto de Lei de Incentivo à Cultura da Fundação Cultural da cidade de Balneário Camboriú, SC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dMHeGQbJHWw>. Acesso em 10 jan. 2019.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

NORA Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, vol. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993.

RELATÓRIO DA PARÓQUIA SANTA INÊS, 1967. Pasta Camboriú. Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTA CATARINA. *Lei Provincial nº129* de 28 de março 1840, página 3. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTOS, Maria Célia. T. M. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, 4).

SCHLICKMANN, Mariana. *Do Arraial de Bonsucesso a Balneário Camboriú: mais de 50 anos de história*. Balneário Camboriú: Fundação Cultural de Balneário Camboriú, 2016.

SELAU, Maurício da Silva. História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. *Esboços*, Florianópolis, vol. 11, n. 11, p. 217-228, semestral. 2004.

Fontes orais

Antônia Francisco Martins, entrevista, 29 jun. 2017.

Francisco Chavier Rodrigues, entrevista, 30 mai. 2017.

Jonemar Nascimento, entrevista, 09 set. 2017.

José Pinto Felipe, entrevista, 30 mai. 2017.

Júlio Cesar Alexandre, entrevista, 15 set. 2017.

Maurília Pinto Correa, 30 ago. 2017.

Raimundo Olegário de Jesus, entrevista, 17 ago. 2017.

Rosa Martins da Silva, entrevista, 28 ago. 2017.